

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procurador-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 08 de junho de 2016.

Edição nº 1919

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de contratos.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	2
---------------	---



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 181/2016

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

ALTERAR

- a Portaria n.º 3355/2015, relativa à designação da Comissão de Estudos de Implementação de Política de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) no Âmbito do Ministério Público, para substituir o servidor EDUARDO BEDIN CAMARGO, Motorista, ID n.º 3433498, pelo servidor JEFFERSON LUIS NEVES DE MENEZES, Secretário de Diligências, ID n.º 3438961, na qualidade de representante da CPAST - Comissão Permanente de Atenção à Saúde do Trabalhador (Port. 1683/2016).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de junho de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

APOSTILA PROCESSO Nº 1801-09.00/13-9

CONTRATADA: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.; **OBJETO:** apostilamento Contrato de Manutenção, Suporte e Atualização de Softwares – AJDG n.º 048/2013, que tem como objeto a prestação de serviços de suporte técnico, manutenção, e atualização de todos os produtos ORACLE licenciados à Procuradoria-Geral de Justiça, para conceder a Contratada o reajuste de preços, a contar de 16 de maio de 2016, com base na variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 10,63%, passando a vigorar o valor de R\$ 102.771,37; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de junho de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULAS DOS TERMOS DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR

PR.00856.00140/2014-8

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **BRUNO AMORIM CARPES**, ID n.º 3788628; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IWQ6409, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013;

PR.00821.00043/2016-1

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **CASSIANO PEREIRA CARDOSO**, ID n.º 3429822; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa ION6769, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de maio de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 086/2016

Resultado do Edital nº 078/2016 – REMOÇÃO DE
ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS
JURÍDICAS E SOCIAIS
(DEMP 30/05/2016)

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00388/2016-7, encontra-se disponível na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/) o resultado da remoção referente ao Edital nº 078/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de junho de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 111/2016

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00723.00021/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de apurar denúncia de possível irregularidade na confecção de acordo extrajudicial entre o Município de Bento Gonçalves e a Fundação Araucária.

Investigados: Município de Bento Gonçalves e Fundação Araucária.

Local: Bento Gonçalves/RS

IC 00723.00025/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de apurar denúncia de prática de improbidade administrativa mediante o recebimento de horas extras indevidas por Rafael Paludo quando funcionário do quadro de servidores do Município de Bento Gonçalves.

Investigado: Rafael Paludo.

Local: Bento Gonçalves/RS.

IC 00723.00020/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de averiguar denúncia de descontrole de presença no trabalho realizado por apenas junto ao Município de Bento Gonçalves.

Investigado: Município de Bento Gonçalves.

Representante: Vara de Execuções Penais de Bento Gonçalves.

Local: Bento Gonçalves/RS

PI 00763.00045/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Erechim por Diego Pessi - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Erechim com a finalidade de Investigar ocorrência de eventual improbidade administrativa e/ou dano ao erário decorrente da utilização de veículo público para fins particulares Investigado: Prefeito Municipal De Quatro Irmãos, Adilson Rubilar De Valle. Local do Fato: Quatro Irmãos.



PI 00852.00037/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande por José Alexandre Da Silva Zachia Alan - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande com a finalidade de APURAR POSSÍVEL ILÍCITO RELACIONADO À COLOCAÇÃO DE CÂMERAS NOS COLETIVOS MUNICIPAIS E A LICITAÇÃO PARA O TRANSPORTE COLETIVO Investigado não informado. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00951.00013/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Palmares Do Sul por Joao Claudio Pizzato Sidou - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Palmares Do Sul com a finalidade de Reclamação acerca de possível irregularidade no transporte público do Balneário Quintão Investigado: Departamento Autônomo De Estradas De Rodagem(Daer). Local do Fato: Palmares Do Sul.

PI 01203.00013/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada Criminal De Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios por Daniele Schneider - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada Criminal De Porto Alegre com a finalidade de OBJETO: Possíveis irregularidades no Contrato da CORSAN nº 203/2008, firmado com a Empresa Ensitac Tecnologia, cujo objeto é a prestação de serviços de telemetria para leitura de hidrômetros.

REPRESENTANTE: Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul - SINDIÁGUA (entidade sindical, na forma de associação).

REPRESENTADO: Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

Local: Porto Alegre. Investigado não informado. Local do Fato: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de Junho de 2016.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,

Coordenador do Cao Cível e de Defesa do Patrimônio Público. De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00771.00024/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Farroupilha por Claudia Formolo Hendler Balbinot - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Farroupilha com a finalidade de. Investigado: Escola Chapeuzinho Vermelho. Local do Fato: Farroupilha.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de Junho de 2016.

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA,

Coordenadora do Cao da Infância e da Juventude.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00748.00108/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul com a finalidade de investigar a AUSÊNCIA OU DEFICIÊNCIA NA CONSERVAÇÃO DAS SINALIZAÇÕES VERTICAIS E HORIZONTAIS PARA TRAVESSIA DE PEDESTRES NA BR 116, KM 149, EM FRENTE AO HOSPITAL GERAL- CAXIAS DO SUL- PRÓVAVEL NECESSIDADE DE EQUIPAMENTOS.

PARTES: MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL (INVESTIGADO), JOSÉ ANTÔNIO DE OLIVEIRA (REPRESENTANTE).

LOCAL: CAXIAS DO SUL/RS.

IC 00814.00067/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo por Sandro De Souza Ferreira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular de solo em área de terras localizada na Estrada Afonso Strack, n.º 6205, em Lomba Grande.

Investigado: A apurar.

Local: Estrada Afonso Strack, n.º 6205, Bairro Lomba Grande, Novo Hamburgo Investigado não informado. Local do Fato: Novo Hamburgo.

PI 00852.00035/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande por José Alexandre Da Silva Zachia Alan - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande com a finalidade de APURAR POSSÍVEL CONSTRUÇÃO IRREGULAR EM ÁREA DE CALÇADA Investigado não informado. Local do Fato: Rio Grande.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de Junho de 2016.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Cao da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00832.00093/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Do Consumidor De Porto Alegre por Gustavo De Azevedo E Souza Munhoz - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Do Consumidor De Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta venda de veículos (Fiat Idea) com a presença de vício oculto, a ensejar a ocorrência de calço hidráulico Investigado: Fiat Automóveis. Local do Fato: RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de Junho de 2016.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do Cao de Defesa do Consumidor.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:



IC 00717.00038/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Arvorezinha por Graziela Da Rocha Vaughan Veleda - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Arvorezinha com a finalidade de Investigar a existência e funcionamento de aviário na Rua Protásio Alves, 550, Arvorezinha/RS, sem observância da legislação ambiental". Investigado: Sergio Roman. Local do Fato: Arvorezinha.

IC 00722.00039/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bento Gonçalves por Elcio Resmini Meneses - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bento Gonçalves com a finalidade de: averiguar dano ambiental face atividade de parcelamento irregular de solo rural sem autorização do órgão competente. Investigado: Adelino Alonço dos Reis.

Local do Fato: Bento Gonçalves/RS.

IC 00814.00066/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo por Sandro De Souza Ferreira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo com a finalidade de Possível parcelamento irregular de solo, de responsabilidade de Júlio César Eloy Luxen, no imóvel de matrícula n.º 104.548, em Lomba Grande, Novo Hamburgo.

Local: Bairro Lomba Grande, Novo Hamburgo.

Investigado: Júlio César Eloy Luxen Investigado: Júlio César Eloy Luxen. Local do Fato: Novo Hamburgo.

IC 00814.00068/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo por Sandro De Souza Ferreira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo com a finalidade de apurar possíveis atos de abuso e maus-tratos contra animal da espécie canina no imóvel da Rua Platina, n.º 114, nesta cidade, de responsabilidade de Andriele Rosalino.

Local: Rua Platina, n.º 114, Bairro Santo Afonso, Novo Hamburgo.

Investigada: Andriele Rosalino. Investigado: Andriele Rosalino.

Local do Fato: Novo Hamburgo.

PI 00852.00036/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande por José Alexandre Da Silva Zachia Alan - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande com a finalidade de APURAR ATIVIDADE DE POSSÍVEL IMPACTO AMBIENTAL PELO DEPÓSITO DE AGROTÓXICO E ATIVIDADE DE SECAGEM DE ARROZ SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO AMBIENTAL Investigado: Granja Tuturama. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00930.00025/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Viamão por Anelise Grehs Stifelman - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Viamão com a finalidade de Investigar danos ambientais decorrentes da supressão de vegetação nativa e exótica e da intervenção em área de preservação permanente, objetivando a instalação do loteamento denominado Jardim Viamar Fase II, em área situada na Rua da Figueira, s/nº, Bairro Jardim Viamar, em Viamão/RS". Investigados: Bruno Gioda Martins, Edgar Villar Schlusen, Fabiano De Mari, Lucas Kessler De Oliveira, Município De Viamão, Viamar Empreendimentos Imobiliários Ltda e Zaluski & Schlusen Construtora E Incorporadora Ltda. Local do Fato: Viamão.

IC 00938.00018/2013 instaurado na Promotoria De Justiça De Butiá por Francisco Saldanha Lauenstein - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Butiá com a finalidade Apurar possível dano ambiental consistente na perfuração irregular de poço artesiano sem licenciamento ambiental e sem outorga do uso da água pelo Departamento de Recursos Hídricos na Rua Afonso Paulo Costa, n.º 55, bairro São José, em Minas do Leão/RS, de propriedade da sociedade empresária Artermes Serralheria Ltda., que contratou a sociedade empresária Ferpa Serviços Ltda. para execução da obra.

Local: Rua Afonso Paulo Costa, 55, B. São José, em Minas do Leão/RS.

Investigados: Artermes Serralheria Ltda., Marília Antônia da Silva Gomes, João Carlos dos Santos Costa, Ferpa Serviços Ltda. e Romualdo Alfredo Carvalho da Silva Investigados: Artermes Serralheria Ltda., Ferpa Serviços Ltda., João Carlos dos Santos Costa, Marília Antônia da Silva Gomes e Romualdo Alfredo Carvalho da Silva. Local do Fato: Minas do Leão.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de Junho de 2016.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do Cao de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS

cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00745.00009/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Carlos Barbosa por Melissa Marchi Juchen - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Carlos Barbosa com a finalidade de "Expediente instaurado por determinação do Conselho Superior do Ministério Público, a fim de apurar o descumprimento da regra incerta no art. 23 do Estatuto do Idoso pelos organizadores do evento gastronômico realizado no Salão Paroquial da Igreja Matriz da cidade de Carlos Barbosa, denominado FESTIQUEIJO".

Investigado: Município de Carlos Barbosa, CNPJ 88987183000134 ,com sede na Rua Assis Brasil 11, Centro, Carlos Barbosa Investigado: Município De Carlos Barbosa. Local do Fato: Carlos Barbosa.

IC 01128.00049/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos De Porto Alegre por Liliane Dreyer Da Silva Pastoriz - 5º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos com a finalidade de Averiguar deficiências na infraestrutura e recursos humanos no Centro de Saúde Modelo, bem como a notícia de transferência do núcleo de Saúde Mental do CS Modelo ao CS Santa Marta. Investigado: Município De Porto Alegre - Sms. Local do Fato: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de Junho de 2016.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Coordenador do Cao dos Direitos Humanos.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.